

Acompanhamento Conjuntural – 12/2012

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria Executiva
Superintendência de Desenvolvimento Industrial
Data de fechamento: 20/12/2012



PIB

A economia brasileira mantém trajetória descendente. Segundo o IBGE, O PIB do 3º trimestre registrou crescimento, em termos anualizados, de 0,87%, contra 1,18% no 2º trimestre e 1,89% no 1º trimestre deste ano. Tais resultados estão muito aquém do esperado pelo governo e pelo mercado no início do ano. Com isso, o crescimento do ano já está basicamente definido, devendo ficar abaixo de 1%, já que é esperada alguma recuperação no 4º trimestre do ano, mas, não o suficiente para mudar a trajetória apontada.

Sob a ótica da demanda, a análise da taxa anualizada mostra que, nos últimos quatro trimestres até setembro de 2012, o Consumo das Famílias cresceu 2,6%, ante 5,4% no período anterior, refletindo a redução do crédito com recursos livres para as pessoas físicas e o conseqüente desaquecimento da demanda interna. O Consumo do Governo (Despesa de Consumo da Administração Pública) cresceu a uma taxa ligeiramente superior à verificada no período anterior (2,7%, contra 2,3%). Mais preocupante foi o movimento de desaceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) que registrou taxa anualizada de -2,4%, contra incremento de 7% no período anterior. Vale destacar que a queda da FBCF (taxa de investimento da economia) pode comprometer a recuperação do ritmo de crescimento do Brasil. As Exportações de Bens e Serviços cresceram 0,9%, enquanto as Importações de Bens e Serviços aumentaram 1,7%, contra 14,5% no período anterior, demonstrando o impacto da desaceleração econômica sobre o ritmo de crescimento das compras externas do país.

Do lado da oferta, o resultado da taxa anualizada até setembro de 2012 reflete o desempenho dos setores Serviços (1,5%), Agropecuária (0,8%) e

Indústria (-0,9%). Entre as atividades industriais, Eletricidade, Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana (3,3%), Construção Civil (2,3%) e Extrativa Mineral (0,3%) registraram alta, enquanto a Indústria de Transformação sofreu substancial retração no resultado anualizado (-3,2%). A desaceleração no consumo das famílias, o cenário externo adverso e a forte concorrência dos produtos importados têm prejudicado o setor industrial brasileiro.

O PIB medido a preços de mercado alcançou R\$ 1,098 trilhão no 3º trimestre de 2012, sendo R\$ 930,7 bilhões referentes ao valor adicionado a preços básicos e R\$ 167,7 bilhões aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. Considerando o valor adicionado, nota-se que a Agropecuária registrou queda em sua participação no PIB, passando de 5,2% no 3º trimestre de 2011 para 5% em igual período deste ano. A Indústria continua perdendo importância relativa, tendo sua participação no PIB caído de 28,4% no 3º trimestre de 2011, para 26,9% no 3º trimestre deste ano. Em sentido inverso, o setor de Serviços incrementou sua participação no PIB de 66,4% para 68,1%, na mesma comparação intertemporal. Quanto ao desdobramento do PIB pelos componentes da demanda a preços de mercado (inclusive impostos), o Consumo das Famílias totalizou R\$ 692,2 bilhões, o Consumo do Governo R\$ 220,1 bilhões e a FBCF R\$ 204,9 bilhões (18,7% do PIB, contra 20,0% no 3º trimestre de 2011). As Exportações e as Importações de Bens e Serviços alcançaram R\$ 148,1 bilhões e R\$ 156,4 bilhões, respectivamente, enquanto a Variação de Estoques foi negativa em R\$ 10,6 bilhões.

Política Monetária

Na última reunião do ano, nos dias 27 e 28/11, o Copom manteve a taxa básica de juros da economia no patamar de 7,25%, após dez reduções consecutivas. Os membros do Comitê avaliaram que o cenário prospectivo para a inflação apresenta sinais favoráveis e a inflação acumulada em doze meses tende a se deslocar na direção da trajetória de metas. O processo de flexibilização monetária, iniciado no final de agosto de 2011, acumulou redução de 5,25 p.p..

Na visão do Copom, a demanda doméstica continuará aquecida em 2013, ainda refletindo o crescimento da renda e a expansão do crédito e também impactada pela redução dos juros, cujos efeitos são defasados e cumulativos. Para o Comitê, a despeito do cenário internacional adverso, a baixa taxa de juros, os programas de concessão de serviços públicos e a gradual recuperação da confiança dos empresários criam boas perspectivas para o investimento em 2013.

A inflação medida pelo IPCA em novembro permaneceu praticamente no mesmo patamar do mês anterior, com variação de 0,60%, ante alta de 0,59% em outubro. O grupo Alimentos e Bebidas, com variação de 0,79%, foi o responsável pelo maior impacto no índice do mês, seguido de transporte e habitação. No acumulado dos primeiros onze meses de 2012, o IPCA contabiliza elevação 5,01%, bem abaixo dos 5,97% registrados em igual período de 2011. Em 12 meses, o IPCA alcançou 5,53%, contra 5,45% no período anterior.

A redução dos encargos governamentais sobre a energia elétrica, com estimativa de queda de até 16,2% do preço da energia para as residências a partir de fevereiro de 2013, deverá ter impacto favorável para o controle da inflação no próximo ano. De acordo com cálculos do Ministério da Fazenda, a redução do custo da energia elétrica deverá reduzir até 0,60 p.p.

do IPCA de 2013, contribuindo para o direcionamento da inflação para o centro da meta.

A partir de abril de 2011, o IBGE passou a divulgar mensalmente o Índice de Preço ao Produtor (IPP), que mede a evolução dos preços de produtos “na porta da fábrica”, sem impostos e sem frete, de 23 setores da indústria de transformação. O período de divulgação tem defasagem de dois meses. Em outubro de 2012, o IPP registrou inflação de 0,21%, ante alta de 0,69% em setembro. As maiores altas observadas em outubro se deram entre os produtos das seguintes atividades industriais: produtos químicos (3,48%), bebidas (1,18%); fabricação de móveis (1,15%) e coque e derivados de petróleo e biocombustíveis (0,99%). No ano, o IPP registra inflação de 6,34%, e no acumulado de 12 meses até outubro, alta 6,37%.

Política Fiscal

A dívida líquida do setor público alcançou R\$ 1,5 trilhão em outubro, equivalente a 35,2% do PIB, com redução de 1,2 p.p. no acumulado do ano em comparação ao ano anterior. A dívida bruta, variável utilizada nas comparações internacionais, alcançou R\$ 2,6 trilhões, equivalentes a 59,2% do PIB (elevando-se em 0,7 p.p. em relação a setembro). O superávit primário no acumulado do ano até outubro alcançou 2,42% do PIB, contra resultado de 3,47% em igual período de 2011. O déficit da Previdência apresentou crescimento de 16%, na comparação dos primeiros dez meses de 2012 com igual período do ano anterior. Em 12 meses, o superávit primário caiu para 2,2% do PIB, ficando abaixo da meta fixada para este ano (3,1%). Por conta disso, o déficit nominal em 12 meses subiu para 2,7% do PIB (ver tabela 2 nos anexos).

De acordo com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 5º Bimestre de 2012, divulgado em 20/11, o Setor Público não cumprirá a meta cheia do superávit primário, fixada em 3,1% do PIB (R\$ 139,8 bilhões). A justificativa para o não cumprimento da meta está na deterioração da

economia ao longo do ano, pois o Orçamento tomou como base uma meta de crescimento do PIB de 4,5%. Para estimular a economia, o governo brasileiro adotou medidas que contemplaram a desoneração de vários setores da economia e aumento de gastos, tais como o lançamento do PAC equipamentos (aquisição de veículos e equipamentos no valor de R\$ 8,4 bilhões). Essas medidas, de acordo com o relatório, implicaram na redução da arrecadação e no aumento de despesas, o que prejudicou sobremaneira o alcance da meta cheia de resultado primário. Considerando a atual conjuntura econômica, bem como seus reflexos na arrecadação de tributos federais, a atual avaliação de receitas e despesas indica a necessidade de se utilizar a prerrogativa de abatimento da meta de superávit prevista no art. 3º da LDO-2012. Foi anunciado que o governo abaterá R\$ 25,6 bilhões da meta inicial, dando um desconto superior a 0,5% do PIB, valor maior do que era esperado. Com o desconto, o superávit alcançará R\$ 114,2 bilhões, equivalentes a 2,53% do PIB.

A despeito do resultado primário frustrante neste ano, os efeitos da redução da Selic deverão evitar uma maior alta do déficit nominal e, em consequência, da dívida pública. A redução da taxa básica de juros ajudará o governo a manter em níveis aceitáveis o déficit nominal, pois se estima que cada ponto porcentual de queda da taxa Selic, considerando o atual nível de indexação da dívida pública federal, resulta na redução de R\$ 10,4 bilhões dos juros. Os efeitos acumulados da redução de 5,25 p.p dos juros ainda terão reflexos sobre a conta de juros ao longo dos próximos meses.

Contas Externas

No acumulado dos primeiros onze meses deste ano, o saldo em conta corrente, que compreende os resultados da balança comercial e das contas serviços, rendas e transferências unilaterais, foi deficitário em US\$ 45,8 bilhões. O déficit nas contas serviços e rendas, em função, principalmente, das despesas com aluguel de equipamentos e viagens internacionais e das remessas de lucros e dividendos, explica o saldo negativo em conta corrente. A balança comercial apresentou superávit de US\$ 17,2 bilhões e o

saldo das transferências unilaterais alcançou US\$ 2,6 bilhões no período analisado. No acumulado dos últimos 12 meses até novembro, o déficit alcançou US\$ 51,8 bilhões (2,3% do PIB), ficando praticamente no mesmo patamar registrado nos meses anteriores.

A entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED) no País alcançou US\$ 59,9 bilhões no período de janeiro a novembro deste ano, contra US\$ 60 bilhões no mesmo período de 2011, destinados principalmente para as seguintes atividades: metalurgia; produtos alimentícios; serviços financeiros e atividades auxiliares; comércio, exceto veículos; e seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde.

No período de janeiro a novembro deste ano, o fluxo de entrada de dólares superou o de saída em US\$ 23,5 bilhões, contra US\$ 67,2 bilhões em igual período de 2011, reflexo da entrada de US\$ 12,6 bilhões no mercado comercial e de US\$ 10,9 bilhões no mercado financeiro. A cotação do dólar reflete a especulação dos bancos no mercado de câmbio, cuja posição comprada em dólar (aposta na desvalorização do Real), alcançou US\$ 914 milhões em novembro. O dólar iniciou o ano cotado a R\$ 1,87, caiu para R\$ 1,70 no final de fevereiro e, a partir de março, apresentou trajetória de alta, refletindo principalmente a redução da taxa Selic e o aumento da aversão global ao risco, em função do agravamento da crise europeia. Em dezembro, o governo flexibilizou as restrições para ingressos de dólares relativos à exportação e reduziu o prazo de empréstimos no exterior que têm alíquota majorada de IOF (6%). Tais medidas visam facilitar a entrada de dólares e conter a alta do dólar, que alcançou R\$ 2,11 no início de dezembro.

Em novembro, a dívida externa total brasileira alcançou US\$ 310,8 bilhões, enquanto as reservas internacionais totalizaram US\$ 378,6 bilhões. O último Relatório de Mercado do BC apresenta as seguintes projeções para o ano de 2012: saldo de US\$ 20 bilhões na balança comercial, déficit de US\$ 54 bilhões na conta corrente, fluxo de US\$ 60 bilhões em investimentos estrangeiros diretos e taxa de câmbio de R\$ 2,08/US\$ no final do ano.

Front Externo

De acordo com a segunda estimativa do *Bureau of Economic Analysis* (BEA), a economia dos Estados Unidos cresceu 2,7% no terceiro trimestre de 2012, contra uma expansão de 1,3% no segundo trimestre de 2012, em termos anualizados. Tal revisão representou uma elevação de 0,7% em relação à estimativa anterior. Os resultados ficaram um pouco abaixo das estimativas do mercado (2,8%), mas não chegaram a surpreender os analistas. Em novembro a taxa de desemprego registrada alcançou 7,7%. Segundo o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, o Índice de Preços ao Consumidor (CPI, na sigla em inglês) aumentou 2,2% em outubro.

A despeito do aumento das receitas e de uma mudança no cronograma de alguns desembolsos do governo, o déficit orçamentário federal dos Estados Unidos totalizou US\$ 172,11 bilhões em novembro, alta de 25% em relação ao déficit de US\$ 137,30 bilhões registrado no mesmo período do ano passado.

O Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos, anunciou que vai condicionar a taxa básica de juros da economia a uma meta no mercado de trabalho e a manterá próxima a zero até que o índice de desemprego, hoje em 7,7%, recue a 6,5% ou menos. A inovadora decisão foi tomada pelo comitê de política monetária (Fomc) e deixa clara que a nova prioridade é combater o desemprego, em vez da inflação. O Fed decidiu voltar a comprar títulos do Tesouro em janeiro ao ritmo de US\$ 45 bilhões mensais, além de manter as recompras mensais de US\$ 40 bilhões em títulos lastreados em hipotecas, iniciada em setembro.

Na China, os dados divulgados pelo *National Bureau of Statistics of China* indicam que a economia chinesa cresceu 7,4% no terceiro trimestre deste ano, confirmando a desaceleração da segunda maior economia do mundo. O Banco Mundial reviu sua projeção de crescimento do PIB chinês em 2012 de 8,2% para 7,7%, enquanto o Fundo Monetário Internacional espera alta de 7,8%. Mas o aumento do crédito e o crescimento de 9,8% das

exportações em setembro são indícios de que a economia poderá reagir nos próximos meses.

Ainda segundo informações oficiais, a produção industrial da China cresceu 10% no acumulado dos primeiros onze meses deste ano, em relação a igual período de 2011. O índice de preços ao consumidor chinês cresceu 2% em novembro, em relação ao mesmo período de 2011 e o nível de desemprego no terceiro trimestre encontra-se em 4,1%.

De acordo com a Eurostat, o PIB do terceiro trimestre da zona do euro registrou queda de 0,6%. Em outubro, a produção industrial da zona do euro decresceu 3,6%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Ainda de acordo com dados da Eurostat, a taxa de desemprego da zona do euro alcançou 11,7% em outubro, enquanto o índice de preços ao consumidor registrou variação de 2,2% em novembro.

Retomada da economia?

Durante o ano de 2012 o Governo Federal lançou mão de uma série de incentivos tributários, com ênfase nos bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos), além da substancial queda nas taxas de juros conduzida pelo Banco Central. A título ilustrativo, a taxa Selic iniciou o ano de 2012 em 10,5% a.a. e alcançou 7,25% a.a. na reunião do Copom de outubro.

A expectativa é que os efeitos dessas políticas expansionistas comecem a ser percebidos a partir do quarto trimestre de 2012, devendo gerar maior dinamismo na atividade econômica nacional em 2013. No entanto, o fiel da balança será o retorno dos investimentos. O resultado das contas nacionais do 3º trimestre registraram uma queda, em termos anualizados, de 2,4% na Formação Bruta de Capital Fixo (taxa de investimento), contra um crescimento de 7% no mesmo trimestre de 2011. O que se verifica é que o ímpeto empresarial – ou “espírito animal” (Keynes) – anda adormecido, contido pela crise internacional e o panorama de baixo crescimento interno.

Além das medidas em curso (juros mais baixos, crédito facilitado e incentivos fiscais), alguns fatores podem acordar o “*animal spirits*” dos empresários brasileiros e baianos em 2013: (i) a redução expressiva das

tarifas de energia, importante insumo de toda e qualquer atividade produtiva; e (ii) o programa de concessões da logística nacional, lançado recentemente pelo Governo Federal, que pode viabilizar investimentos bilionários nas rodovias, ferrovias, portos e aeroportos do Brasil. A conferir.

A expectativa é que o Brasil cresça entre 3,5 - 4,0% em 2013, por conta dos fatores anteriormente elencados e levando em consideração o efeito estatístico da base de comparação deprimida. Mas, é importante que o debate da competitividade seja levado adiante, como a Presidência da República fez crer quando do lançamento da MP 579, que lançou as bases para a esperada redução da tarifa de energia no país, a partir de fevereiro de 2013. Um bom exemplo é a nossa imperiosa necessidade de enfrentar a elevada e complexa carga tributária nacional. Para tanto, é vital que se realize uma Reforma Tributária que simplifique a cobrança, reduza o número de impostos e desonere a produção e os investimentos, induzindo e promovendo o aumento da eficiência produtiva.

Por conta da crise internacional e do baixo crescimento econômico brasileiro nos últimos dois anos, acredita-se que haja espaço e oportunidade para o Brasil realizar as reformas estruturais necessárias para que o país trilhe o caminho da competitividade, do desenvolvimento sustentável e do aperfeiçoamento do sistema democrático.

PIB

(i) **PIB a preços de mercado (2003-2012):** Taxa (%) acumulada em 4 trimestres, em relação aos 4 trimestres imediatamente anteriores (pág. 7);

(ii) **PIB e os componentes da demanda (2011-2012):** Taxa acumulada(%) nos últimos trimestres (terminados em junho de 2012 e 2011), em relação aos 4 trimestres imediatamente anteriores (pág. 8);

(iii) **PIB por setores e subsetores (2011-2012):** Taxa acumulada (%) nos últimos trimestres (terminados em junho de 2012 e 2011), em relação aos 4 trimestres imediatamente anteriores (pág. 8);

Política Monetária

(iv) Meta da taxa SELIC % a.a. (2011-2012) (pág. 9);

(v) IPCA variação % acumulada em 12 meses (2011-2012) (pág. 9);

(vi) Taxa média mensal das operações de crédito *Hot Money* % a.a. (2011-2012) (pág. 9);

(vii) Índice de preços ao consumidor, variação % acumulada em 12 meses (2011-2012) (pág. 9);

Política Fiscal

(viii) Necessidade de financiamento do setor público (acumulado do ano) (pág. 10);

(ix) Necessidade de financiamento do setor público consolidado (12 meses) (pág. 10);

Contas Externas

(x) Taxa de câmbio livre média do período (2010-2012) (pág. 11);

(xi) Brasil: Composição das exportações (1995-2012) (pág. 12);

(xii) Bahia: Composição das exportações (1995-2012) (pág. 12);

Front Externo

(xiii) Economias avançadas (pág. 13);

(xiv) Economias de países emergentes (pág. 14);

(xv) Relatório de Mercado do Banco Central - Expectativas de Mercado (pág. 15);

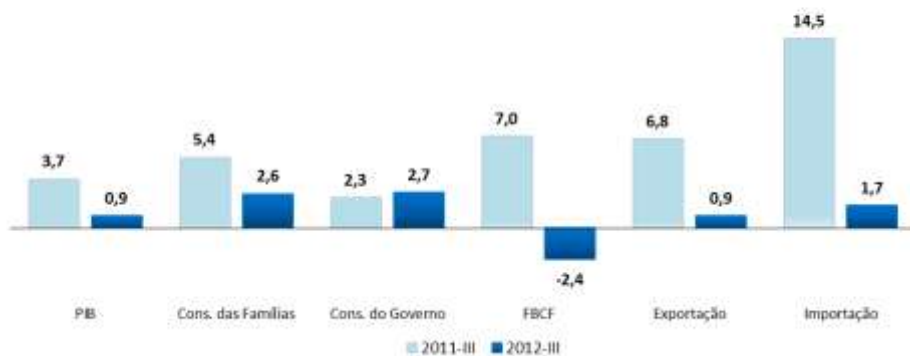
PIB a preços de mercado (2003 - 2012)
 Taxa (%) acumulada em 4 trimestres, em relação aos 4 trimestres imediatamente anteriores



Fonte: IBGE; Elaboração FIEB/SDI.

PIB e os componentes da demanda (2011 - 2012)

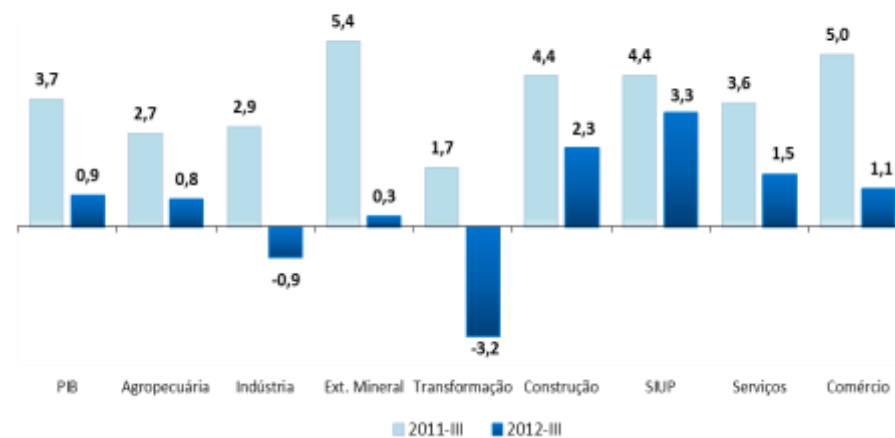
Taxa (%) acumulada nos últimos 4 trimestres (terminados em setembro de 2012 e 2011), em relação aos 4 trimestres imediatamente anteriores



Fonte: IBGE; Elaboração FIEB/SDI.

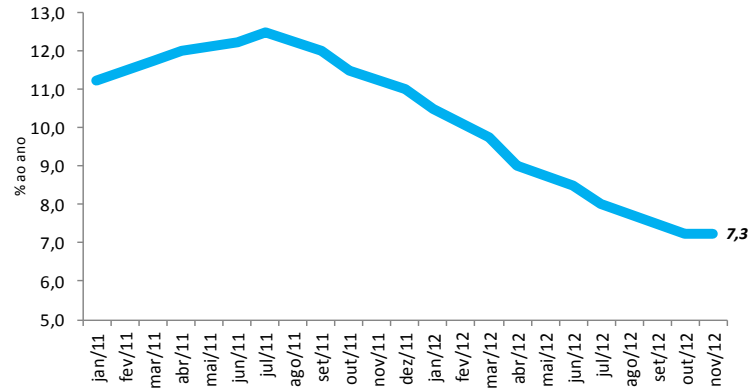
PIB por setores e subsetores (2011 - 2012)

Taxa (%) acumulada nos últimos 4 trimestres (terminados em setembro de 2012 e 2011), em relação aos 4 trimestres imediatamente anteriores



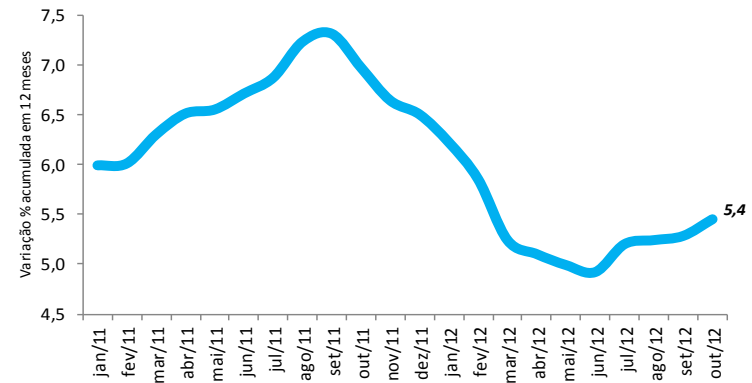
Fonte: IBGE; Elaboração FIEB/SDI.

Brasil: Meta da Taxa Selic (2011-2012)



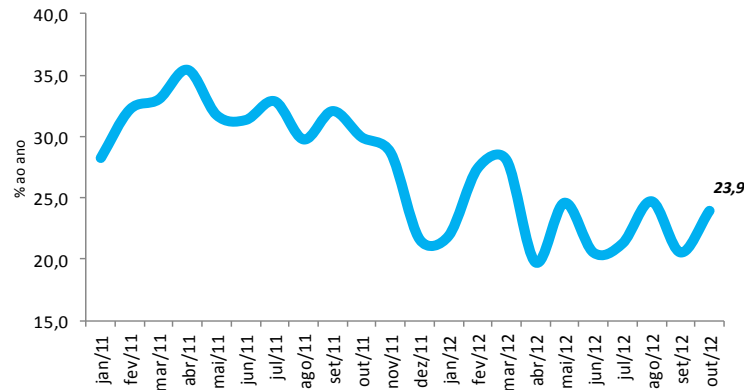
Fonte: BACEN; Elaboração FIEB/SDI.

Brasil: IPCA (2011-2012)



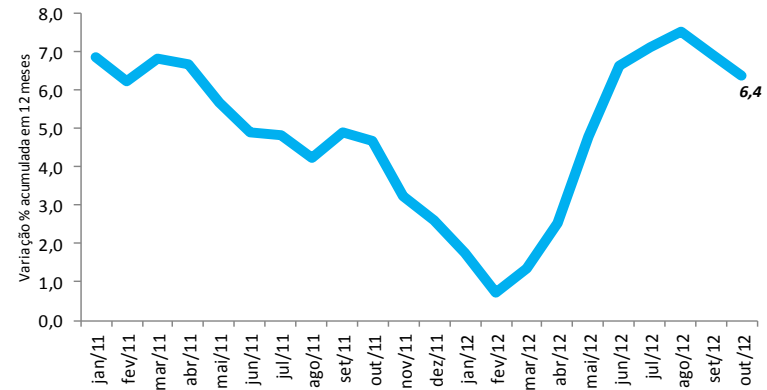
Fonte: IBGE; Elaboração FIEB/SDI.

Brasil: Taxa Média Mensal das Operações de Crédito Hot Money (2011 - 2012)



Fonte: BACEN; Elaboração FIEB/SDI.

Brasil: Índice de Preços ao Produtor (2011 - 2012)



Fonte: IBGE; Elaboração FIEB/SDI.

Nota: Indústria de Transformação

Tabela 1 - Necessidade de financiamento do setor público (NFSP)*(Valores acumulados, em R\$ bilhões e em % do PIB)*

Contas públicas	Janeiro a Outubro	Primário		Juros		Nominal	
		R\$ bi	%	R\$ bi	%	R\$ bi	%
Total ¹	2011	118,57	3,47	-197,73	-5,79	-79,16	-2,32
	2012	88,21	2,42	-178,43	-4,89	-90,22	-2,47

Fonte: Banco Central; elaboração FIEB/SDI

(1) Governo Central + Governos Regionais + Empresas Estatais

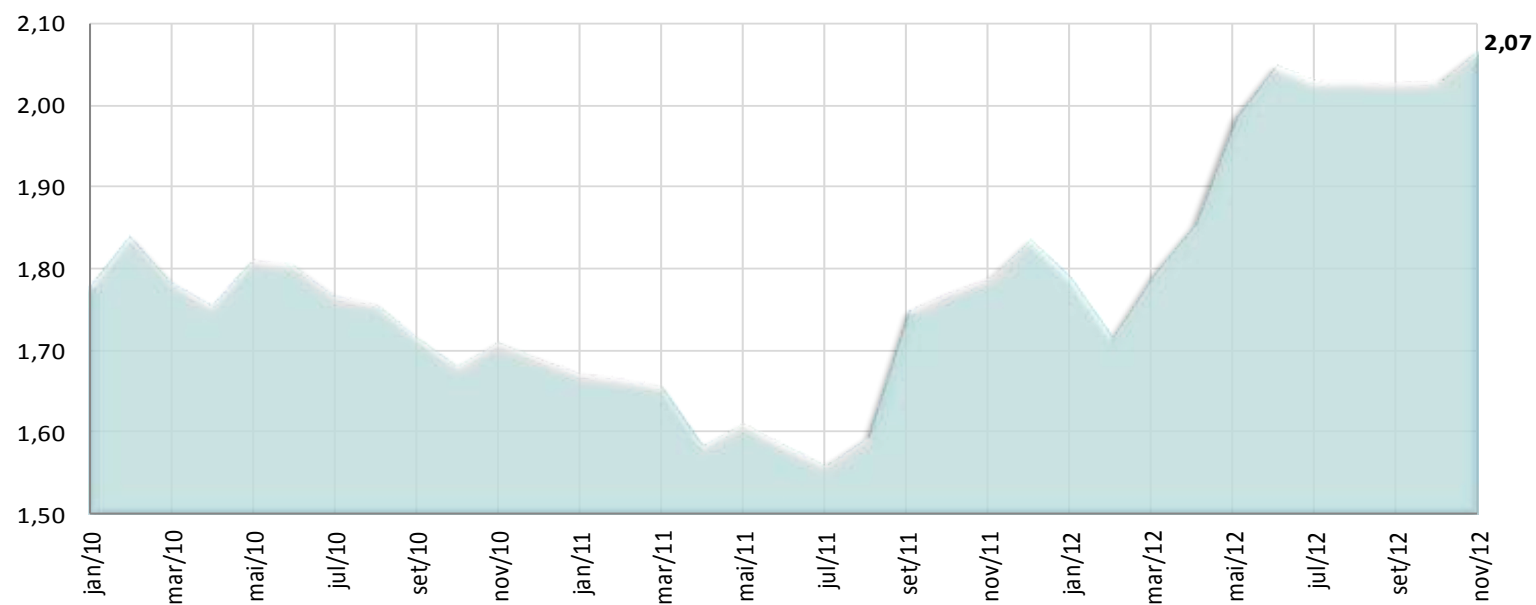
Governo Federal (R\$ 122,6 bilhões) + Banco Central (-R\$ 639,2 milhões) + INSS (-R\$ 36,2 bilhões).

Governo Federal (R\$ 106,7 bilhões) + Banco Central (-R\$ 619,6 milhões) + INSS (-R\$ 42 bilhões).**Tabela 2 - Necessidade de financiamento do setor público consolidado (NFSP)***(Fluxos de 12 meses, em R\$ bilhões e em % do PIB)*

Discriminação	2011				2012			
	Out	(%)	dez	(%)	set	(%)	Out	(%)
Primário	133,59	3,3	128,71	3,1	99,89	2,3	98,35	2,2
Juros nominais	-235,79	-5,8	-236,67	-5,7	-220,62	-5,1	-217,37	-5,0
Nominal	-102,20	-2,5	-107,96	-2,6	-120,73	-2,8	-119,02	-2,7

Fonte: Banco Central; elaboração FIEB/SDI

Brasil: Taxa de Câmbio Média do Período (2010 - 2012)
u.m.c./US\$



Fonte: Banco Central; Elaboração FIEB/SDI.

Nota: Taxa de câmbio Livre Dólar americano (compra)

Composição das Exportações (2003 - 2012)

Brasil										
Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
Básicos (%)	28,9	29,5	29,3	29,2	32,1	36,9	40,5	44,6	47,8	46,8
Manufaturados (%)	54,3	55,0	55,1	54,4	52,3	46,8	44,0	39,4	36,1	37,5
Semifaturados (%)	15,0	13,9	13,5	14,2	13,6	13,7	13,4	14,0	14,1	13,6
Operações Especiais (%)	1,8	1,6	2,1	2,2	2,1	2,6	2,1	2,1	2,0	2,2
Exportação (US\$ bilhões fob)	73,2	96,7	118,5	137,8	160,6	197,9	153,0	201,9	256,0	222,8

Bahia										
Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
Básicos (%)	17,4	16,3	19,9	12,5	14,7	17,1	23,3	19,7	24,2	25,9
Manufaturados (%)	61,0	64,9	62,3	63,0	57,2	48,8	44,1	49,7	47,3	50,5
Semifaturados (%)	20,2	17,9	16,7	23,6	27,0	32,8	31,3	29,3	27,3	22,6
Operações Especiais (%)	1,3	1,0	1,1	1,0	1,1	1,3	1,2	1,3	1,1	1,1
Exportação (US\$ bilhões fob)	3,3	4,1	6,0	6,8	7,4	8,7	7,0	8,9	11,0	10,3

Fonte: MDIC; Elaboração FIEB/SDI.

(*) Janeiro a Novembro

Indicadores de economias avançadas

Países	PIB* (%)		PIB, previsões (%)		Produção Industrial* (%)	Taxa de desemprego** (%)	IPC** (%)	Juros % a.a.		Balança comercial	Conta corrente	CC/PIB, previsão (%)					
	PIB* (%)	Q	2012	2013				Taxa de desemprego** (%)	IPC** (%)				(3 meses)	(10 anos)	Balança comercial	Conta corrente	CC/PIB, previsão (%)
			2012	2013									(3 meses)	(10 anos)			
Austrália	3,1	Q3	3,4	2,8	4,3	Q3	5,2	Nov	2,0	Q3	3,25	3,16	11,4	Out	-52,2	Q3	-3,7
Áustria	0,7	Q3	0,6	0,7	2,3	Set	4,3	Out	2,8	Out	0,18	1,74	-10,7	Set	4,4	Q2	1,6
Bélgica	-0,3	Q3	-0,2	0,3	-3,8	Set	7,5	Out	2,3	Nov	0,18	2,16	15,7	Set	-8,6	Jun	-0,4
Inglaterra	-0,1	Q3	-0,1	1,0	-3,0	Out	7,8	Set	2,7	Out	0,50	1,79	-166,5	Out	-88,0	Q2	-3,2
Canadá	1,5	Q3	2,1	2,0	-1,5	Set	7,2	Nov	1,2	Out	1,23	1,76	-5,5	Out	-65,3	Q3	-3,2
Noruega	1,2	Q3	3,2	2,4	2,6	Out	3,0	Set	1,1	Nov	1,87	2,06	74,1	Out	75,1	Q3	14,4
Dinamarca	-0,5	Q3	0,3	1,0	4,9	Out	6,3	Out	2,3	Nov	0,27	1,05	13,4	Out	18,4	Out	5,4
França	0,1	Q3	0,1	nil	-3,6	Out	10,7	Out	1,4	Nov	0,18	1,98	-85,4	Out	-51,5	Out	-2,1
Alemanha	0,9	Q3	0,8	0,7	-3,6	Out	6,9	Nov	1,9	Nov	0,18	1,34	242,6	Out	221,2	Out	5,9
Itália	-2,4	Q3	-2,2	-0,9	-6,2	Out	11,1	Out	2,5	Nov	0,18	4,65	3,1	Set	-27,7	Set	-1,4
Japão	0,5	Q3	1,7	0,8	-4,3	Out	4,2	Out	-0,4	Out	0,18	0,70	-64,1	Out	69,4	Out	1,0
Holanda	-1,6	Q3	-0,8	-0,1	-1,7	Out	6,8	Out	2,8	Nov	0,18	1,54	56,0	Out	78,8	Q2	8,9
Espanha	-1,6	Q3	-1,4	-1,7	0,6	Out	26,2	Out	2,9	Nov	0,18	5,37	-48,8	Set	-31,3	Set	-2,3
Suécia	0,7	Q3	1,1	1,5	-4,4	Out	7,5	Nov	-0,1	Nov	1,39	1,45	10,7	Out	36,3	Q3	6,5
Suíça	1,4	Q3	0,9	1,2	-0,6	Q4	3,0	Nov	-0,3	Nov	0,01	0,50	27,2	Out	78,0	Q2	12,0
EUA	2,5	Q3	2,2	1,9	1,7	Out	7,7	Nov	2,2	Out	0,31	1,70	-741,8	Out	-477,8	Q2	-3,0
Zona do Euro (15)	-0,6	Q3	-0,4	-0,2	-3,6	Out	11,7	Out	2,2	Nov	0,18	1,34	87,1	Set	96,4	Set	0,9

Fonte: The Economist (13/12/2012)

IPC = índice de preços ao consumidor

CC = conta corrente do balanço de pagamentos

* Variação % sobre igual período do ano anterior.

** Variação % em 12 meses.

Indicadores econômicos de países emergentes

Países	PIB* (%)	PIB, previsões (%)		Produção industrial* (%)	IPC**	Juros c. prazo (%)	Balança comercial	Conta corrente	Reservas cambiais (US\$ bilhões)						
		2012	2013							(Últ. 12 meses, US\$ bilhões)					
China	7,4	Q3	7,7	8,5	10,1	Nov	2,0	Nov	3,86	217,2	Nov	208,3	Q3	3305,3	Set
Hong Kong	1,3	Q3	1,6	2,6	-0,1	Q3	3,8	Out	0,45	-61,7	Out	8,7	Q2	306,8	Nov
Índia	5,3	Q3	5,8	6,5	8,2	Out	9,9	Nov	8,18	-186,1	Nov	-77,1	Q2	294,5	Nov
Indonésia	6,2	Q3	6,3	6,4	8,9	Out	4,3	Nov	4,93	1,6	Out	-18,5	Q3	111,3	Nov
Malásia	5,2	Q3	5,2	4,5	5,8	Out	1,3	Out	3,11	30,9	Out	19,1	Q3	139,1	Nov
Paquistão	4,2	2012	4,2	3,3	4,0	Set	6,9	Nov	9,43	-20,4	Nov	-2,9	Q3	14,4	Out
Filipinas	7,1	Q3	5,5	6,1	8,0	Set	2,8	Nov	0,56	-10,4	Set	7,9	Jun	84,1	Nov
Cingapura	0,3	Q3	1,5	2,9	-2,2	Out	4,0	Out	0,26	32,3	Out	46,0	Q3	255,8	Nov
Coréia do Sul	1,5	Q3	2,2	3,4	-0,8	Out	1,6	Nov	2,85	29,1	Nov	41,3	Out	326,1	Nov
Taiwan	1,0	Q3	1,1	2,7	4,6	Out	1,6	Nov	0,94	12,7	Nov	45,7	Q3	398,0	Q3
Tailândia	3,3	Q3	5,8	4,2	36,1	Out	2,7	Nov	2,39	-19,3	Out	2,3	Q3	181,6	Nov
Argentina	nil	Q2	2,1	3,6	2,2	Out	na	na	12,80	12,2	Out	0,6	Q2	45,2	Nov
Brasil	0,9	Q3	1,5	4,2	2,3	Out	5,5	Nov	7,08	21,0	Nov	-52,2	Out	378,6	Nov
Chile	5,7	Q3	5,4	4,7	4,3	Out	2,1	Nov	0,72	3,9	Nov	-7,6	Q3	39,8	Nov
Colômbia	4,9	Q2	4,4	4,7	-1,2	Set	2,8	Nov	5,34	1,8	Out	-11,0	Q2	36,9	Nov
México	3,3	Q3	4,0	3,7	3,6	Out	4,2	Nov	4,84	0,3	Out	-5,1	Q3	163,1	Nov
Peru	6,5	Q3	6,0	6,2	1,3	Set	2,7	Nov	3,34	5,3	Set	-6,2	Q3	63,3	Nov
Venezuela	5,2	Q3	5,0	0,5	0,3	Set	18,0	Nov	14,50	-38,5	Ago	17,1	Q3	26,5	Nov
Egito	3,3	Q2	2,2	2,9	-4,3	Out	4,3	Nov	12,40	-34,1	Set	-6,0	Q3	15,1	Nov
Israel	3,4	Q3	3,0	3,0	7,5	Set	1,8	Out	1,93	-18,1	Nov	-0,2	Q2	75,7	Nov
Arábia Saudita	7,1	2011	5,5	4,5	na	na	3,4	Nov	0,99	327,1	2011	173,7	Q2	636,0	Out
África do Sul	2,3	Q3	2,3	3,1	3,0	Out	5,6	Nov	5,13	-13,3	Out	-20,7	Q3	50,8	Nov
Rep. Tcheca	-1,6	Q3	-1,2	0,1	4,2	Out	2,7	Nov	0,51	15,2	Out	-3,3	Q3	44,2	Nov
Hungria	-1,5	Q3	-1,4	0,3	-3,7	Out	5,2	Nov	6,00	9,1	Out	1,2	Q2	44,0	Nov
Polônia	1,4	Q3	2,1	1,7	4,6	Out	3,4	Out	4,09	-13,8	Out	-18,7	Set	107,5	Nov
Rússia	2,9	Q3	3,7	3,7	1,8	Out	6,4	Nov	7,59	202,1	Out	102,9	Q3	528,5	Nov
Turquia	1,6	Q3	3,2	3,8	-5,8	Out	6,4	Nov	5,88	-85,2	Out	-53,1	Out	128,3	Set

Fonte: The Economist (13/12/2012)

IPC = índice de preços ao consumidor

* Variação % sobre igual período do ano anterior.

** Variação % em 12 meses.

Relatório de Mercado do Banco Central: Expectativas de Mercado

Indicadores Econômicos	2012	2013
IPCA	5,60	5,42
IGP-M	7,62	5,29
Taxa de Câmbio (fim de período)	2,08	2,08
Taxa de Câmbio (média)	1,96	2,08
Meta Taxa Selic (fim de período)	7,25	7,25
Meta Taxa Selic (média)	8,47	7,25
DLSP	35,10	34,00
Crescimento do PIB	1,00	3,40
Produção Industrial	-2,32	3,70
Conta Corrente	-54,00	-65,00
Balança Comercial (saldo)	19,50	15,60
IED	60,00	60,00
Preços Administrados	3,50	3,50

Fonte: BACEN, elaboração FIEB/SDI.

Nota: referente ao Relatório de Mercado de 14/12/2012

Acompanhamento Conjuntural (AC) é uma publicação mensal da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), produzida pela Superintendência de Desenvolvimento Industrial (SDI).

Presidente: José de F. Mascarenhas

Diretor Executivo: Alexandre Beduschi

Superintendente:

João Marcelo Alves

(Economista, Mestre em Administração pela UFBA/ISEG-UTL,
Especialista em Finanças Corporativas pela New York University)

Equipe Técnica:

Marcus Emerson Verhine

(Mestre em Economia e Finanças pela Universidade da Califórnia)

Carlos Danilo Peres Almeida

(Mestre em Economia pela UFBA)

Ricardo Menezes Kawabe

(Mestre em Administração Pública pela UFBA)

Mauricio West Pedrão

(Mestre em Análise Regional pela UNIFACS)

Everaldo Guedes

(Bacharel em Ciências Estatísticas – ESEB)

Críticas e sugestões serão bem recebidas.

Endereço Internet: <http://www.fieb.org.br>

E-mail: sdi@fieb.org.br

Reprodução permitida, desde que citada a fonte.